



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE DE NOVEMBRO DE 2023.

Aprova a instituição do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14- A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;
- a Resolução SES/MG nº 6.532, de 05 de dezembro de 2018, que acrescenta Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública de Interesse Estadual à Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e dá outras providências, e suas atualizações;
- o Plano de Contingência Estadual de Minas Gerais para COVID 19 (2023);
- o Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde (2013);
- a garantia do monitoramento multifocal, dentre as áreas técnicas responsáveis, dos agravos

MINUTA CIB



relacionados à circulação dos vírus respiratórios no estado de Minas Gerais.

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 302ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de novembro de 2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a instituição do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos no âmbito do estado de Minas Gerais, com o propósito de realizar avaliação intersetorial do cenário da doença, bem como discutir as rotinas das áreas técnicas e subsidiar ações voltadas para emergências em saúde pública, quando houver.

Art. 2º - Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos tem como competências:

- I - Propor estratégias de enfrentamento do Coronavírus em Minas Gerais;
- II - Discutir e fomentar compromissos voltados ao desenvolvimento e implementação de ações baseadas no fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, da Vigilância em Saúde, Imunização, Gestão, Educação em Saúde e Mobilização Social;
- III - Discutir estratégias para fomentar e fortalecer o diagnóstico e tratamento oportuno e a promoção, previsão e controle.;
- IV - Construir processos estratégicos de educação em saúde, mobilização e comunicação social;
- V- Articular junto as instituições participantes a atuação de forma integrada, contribuindo para o fortalecimento das ações e serviços em Minas Gerais;
- VI - Propor e acompanhar estudos e pesquisas sobre a doença, gerando conhecimento para auxiliar na reorganização do processo de trabalho e na tomada de decisão por parte dos gestores;
- VII - Promover articulação das ações e parcerias governamentais e não governamentais para promoção, vigilância, prevenção e assistência à saúde;
- VIII - Recomendar estratégias e cooperar na captação de recursos, com o objetivo de executar ações programadas e discutidas pelo Comitê; e
- IX- Elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Enfrentamento a COVID-19 no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º - São objetivos do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos:

- I - Atualizar o Plano Estadual de Contingência – COVID-19.
- II - Subsidiar tomadas de decisão da Sala de Situação de COVID-19 e/ou o Centro de Operações



de Emergência em Saúde Pública (COES), quando instaurados.

Art. 4º - Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos é intersetorial, tem caráter consultivo, será instituído na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e será composto por um membro titular e um suplente das seguintes áreas (ou nomenclaturas que vierem a ser substituídas) da SES-MG, conforme descrito abaixo:

- I - 01 (um) representante da Subsecretaria de Vigilância em Saúde;
- II - 01 (um) representante da Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde;
- III - 01 (um) representante da Superintendência de Vigilância Epidemiológica;
- IV - 01 (um) representante da Superintendência de Atenção Primária;
- V - 01 (um) representante da Superintendência de Assistência Farmacêutica;
- VI - 01 (um) representante da Coordenação Estadual do Programa de Imunização;
- VII - 01 (um) representante da Coordenação dos Programas de Vigilância de Doenças Transmissíveis Agudas;
- VIII - 01 (um) representante da Superintendência de Políticas de Atenção Hospitalar
- IX - 01 (um) representante da Superintendência de Vigilância Sanitária;
- X - 01 (um) representante do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde;
- XI - 01 (um) representante do Grupo de Análise e Monitoramento da Vacinação;
- XII - 01 (um) representante da Coordenação Estadual de Laboratórios e Pesquisa;
- XIII - 01 (um) representante da Superintendência de Regulação de Acesso;
- XIV - 01 (um) representante da Assessoria de Comunicação Social;
- XV - 01 (um) representante do Instituto Octávio Magalhães (IOM) da Fundação Ezequiel Dias (FUNED);
- XVI - 01 (um) representante da Diretoria de Logística e Patrimônio;
- XVII - 01 membro da Assessoria de Tecnologia e Informação e
- XVIII - 01 (um) representante do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS)

§ 1º - Poderão ser convidados participantes de outros setores da SES-MG e de outras instituições para as reuniões do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos conforme a matéria a ser apreciada, como colaborador convidado ou convocado.

Art. 5º - A indicação formal dos membros titulares e suplentes será realizada por memorando, assinado pela chefia imediata, registrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



Art. 6º - O Coordenador dos Programas de Vigilância de Doenças Transmissíveis Agudas (CPVDTA) ou substituto ficará responsável pela organização e condução das reuniões do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos, conforme atribuições dispostas abaixo:

I - convocar e presidir as reuniões do Comitê;

II- representar externamente o Comitê ou designar um representante;

III – promover a articulação entre os membros integrantes do Comitê;

IV- acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações pactuadas no âmbito do Comitê;

V- requisitar dos membros integrantes do Comitê os meios, informações e subsídios necessários ao exercício de suas atribuições, bem como solicitar o assessoramento de outras entidades relacionadas com as matérias em discussão;

VI - deliberar, ad referendum, sobre casos de urgência ou inadiáveis de interesse do Comitê, mediante motivação expressa do ato que formalizar a decisão e

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões colegiadas.

Art. 7º - Os membros titulares e suplentes que comporão os comitês não receberão remuneração específica por esta atividade.

Art. 8º - Os membros do Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos se reunirão mensalmente.

Parágrafo único - As reuniões poderão ter sua periodicidade alterada, de acordo com a sazonalidade e/ ou conforme alterações de comportamento da transmissibilidade da COVID-19 no território.

Art. 9º - Para o bom desempenho de suas atribuições, o Comitê Estadual de Monitoramento dos Vírus Respiratórios Agudos poderá instituir Grupos de Trabalho internos por tempo determinado, que tratem de questões específicas relacionadas ao tema.

Art. 10º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, de novembro de 2023.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

MINUTA CIB